CISION

ID: 46334490

CORREIO da manhã

25-02-2013

Tiragem: 158524
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 26,80 x 34,15 cm²
Corte: 1 de 3

ESTADO ■ AUMENTO DA FISCALIZAÇÃO RESULTA DE UMA ALTERAÇÃO AO CÓDIGO DO IRS

Finanças apertam controlo de salários

■ Empresas são obrigadas a declarar ao Fisco tudo o que pagam aos trabalhadores, mesmo os rendimentos isentos de retenção

■ Governo poderá estar a preparar o alargamento da base de incidência de impostos para 2014, diz o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

JOÃO CORTESÃO

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Fisco está a controlar como nunca o fez o rendimento mensal dos trabalhadores dependentes. E tudo porque as empresas são agora obrigadas a declarar às Finanças todas as remunerações pagas aos trabalhadores, mesmo aquelas que não eram declaradas e estão isentas de retenção na fonte. Com esta medida, Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), diz que o Governo prepara-se para aplicar mais impostos em 2014.

Em 2013 o subsídio de alimentação terá maior tributação

A chamada 'declaração mensal de remunerações', como é apresentada num ofício da Autoridade Tributária datado de 7 de fevereiro, não deixa de fora nenhum rendimento do trabalho dependente. E todas as remunerações têm de ser declaradas às Finanças até ao dia 10 do mês seguinte ao pagamento do trabalhador.

Por força de uma alteração ao Código do IRS incluída no Orçamento do Estado para 2013, além do salário e dos descontos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, como já era habitual, as empresas são agora obrigadas a declarar, por exemplo, o subsídio de residência, as ajudas de custo ou as bolsas atribuídas a desportistas (**ver infografia**).

Com esta medida, "o Governo quer saber quanto as empresas estão a pagar aos seus trabalhadores", diz o bastonário da OTOC. Para Domingues Azevedo, "isto é feito para aumentar a base de incidência tributária". Ou seja, "em 2013, aplicaram mais imposto ao subsídio de alimentação, no próximo ano, vão alargar a base de incidência tributária a outros rendimentos".

Já o fiscalista Tiago Caiado Guerreiro frisa que este nível de controlo sobre o rendimento do trabalho dependente "não se justifica". Até porque, remata, "está-se a criar uma enorme burocracia, que agrava os custos das empresas". ■

PORMENORES

● **DECLARAÇÃO MENSAL**
As empresas começaram a entregar a 'declaração mensal de remunerações' ao Fisco em fevereiro. A comunicação é feita por transmissão eletrónica de dados.

● **ENTIDADES EM CAUSA**
A 'declaração mensal de remunerações' deve ser apresentada ao Fisco pelas pessoas ou entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos, bem como os que se encontram excluídos de tributação.

IRS DÁ MAIS 2,8 MIL MILHÕES

● O Orçamento do Estado para 2013 prevê que a receita do IRS tenha este ano um aumento superior a 2,8 mil milhões de euros. A ser assim, esta será a receita fiscal que mais subirá em 2013.

Domingues Azevedo, da OTOC

JOÃO CORTESÃO

CISION

CORREIO da manhã

ID: 46334490

25-02-2013

Tiragem: 158524
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 9
Cores: Cor
Área: 26,65 x 34,08 cm²
Corte: 2 de 3

FATURAS | **MULTA POLÉMICA**

O fiscalista Tiago Caiado Guerreiro considera inconstitucional a aplicação de multas aos contribuintes que não peçam fatura. E diz que estamos perante "um poder estalinista"

CARROS | **ESTADO GANHA MENOS**

A venda de viaturas continua em queda livre: em janeiro, o imposto sobre veículos deu ao Estado 24,1 milhões de euros, menos 51,5% do que em igual mês de 2012

SELO | **RECEITA EM QUEDA**

Em janeiro deste ano, o imposto de selo deu uma receita de 123,5 milhões de euros. Caiu 11,8% face a igual mês de 2012 e revela como a economia nacional está em crise

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

José Azevedo Pereira, diretor-geral da Autoridade Tributária

Efeito da carga fiscal revelado esta semana

● Os portugueses vão ficar a saber esta semana qual é a dimensão do impacto do "enorme aumento de impostos", como reconheceu o próprio ministro das Finanças, sobre o IRS.

Com o pagamento dos salários de fevereiro nos próximos dias, milhares de contribuintes irão perceber com precisão como o seu rendimento mensal disponível é inferior ao registado em janeiro. Em fevereiro, além da retenção na fonte dos impostos desse mês, será também feito o acerto relativo a janeiro. E será também pago em duodécimos 50% dos subsídios de férias e de Natal relativos aos meses de janeiro e fevereiro. ■

Empresas

Remunerações a declarar às Finanças no final do mês

Rendimentos sujeitos a retenção

- ✓ Valor do salário
- ✓ Retenção do IRS
- ✓ Contribuições para a Seg. Social, CGA e subsistemas legais de saúde
- ✓ Quotas para sindicatos
- ✓ Retenção da sobretaxa
- ✓ Rendimentos de anos anteriores

Rendimentos não sujeitos a retenção ou dela isentos

- ✓ Subsídio de residência ou utilização de casa fornecida pela empresa
- ✓ Benefícios por empréstimos sem juros ou taxa de juro inferior à de referência para essa operação, dados pela empresa
- ✓ Ganhos derivados de planos de opções, de subscrição, e de atribuição sobre valores mobiliários
- ✓ Benefícios de utilização pessoal pelo trabalhador ou membro de órgão social de carro que dê gastos para a empresa
- ✓ Benefício por compra pelo trabalhador ou membro de órgão social, por preço inferior ao do mercado, de carro com encargos para a empresa
- ✓ Importâncias auferidas pela cessação do contrato de trabalho ou exercício de funções na parte que não exceda o limite previsto no Código do IRS
- ✓ Subsídio de refeição (parte não sujeita)
- ✓ Ajudas de custo e deslocações em viatura do próprio (parte não sujeita)
- ✓ Importâncias pagas ou atribuídas pela entidade patronal, no âmbito de uma relação de trabalho dependente, quando existe incapacidade temporária
- ✓ Bolsas atribuídas a desportistas pelas empresas

Buraco nas contas públicas já está em 1,3 mil milhões de euros

■ Ainda mal o ano começou e o Governo de Pedro Passos Coelho já tem um buraco potencial nas contas públicas de 1,3 mil milhões de euros. E tudo por causa da revisão para 2% da recessão económica, contra 1% previsto no Orçamento do Estado para este ano, e da derrapagem na receita fiscal no último trimestre de 2012. E as más notícias podem não ficar por aqui, dado que a receita do IVA, a mais importante, registou uma queda de 4% em janeiro deste ano.

Se a derrapagem da receita fiscal nos últimos três meses do ano passado traduziu-se numa diminuição da receita fiscal de 670 milhões de euros, um valor que terá efeito na previsão da receita para 2013, a revisão em alta da recessão económica tem um efeito negativo da mesma ordem de grandeza. Daí que o plano B do Governo para compensar eventuais surpresas negativas na execução orçamental deste ano, no valor de 800 milhões de euros, seja insuficiente para tapar o buraco potencial de 1,3 mil milhões de euros. E se a receita do IVA continuar a cair, a situação será ainda mais complicada. ■

Queda da receita do IVA em janeiro é um mau sinal para 2013

IRS SOFRE SUBIDA DA TAXA MÉDIA

● O Governo aumentou a taxa média do IRS, em 2013, de 9,8% para 11,8%. Além disso, o Executivo reduziu os escalões do IRS de oito para cinco e criou uma sobretaxa de 3,5% sobre o IRS.

GOVERNO TIRA 10,6 MIL MILHÕES

● Desde a tomada de posse em junho de 2011, o Governo de Passos Coelho já retirou ao rendimento dos portugueses, através do aumento de impostos, mais de 10,6 mil milhões de euros.

Medida do Executivo aumenta custos gerais das empresas

● Domingos Azevedo e Tiago Caiado Guerreiro dizem que a 'declaração mensal de remunerações', exigida pelo Fisco, está a agravar os custos das empresas.

"A medida acaba por ter um aumento muito significativo de custos para as empresas", diz o bastonário da OTOC. E o fiscalista Tiago Caiado Guerreiro salienta que essa medida "foi efetuada por pessoas que estão completamente desligadas da realidade das empresas". ■